

Alcances das práticas participativas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG): por um diálogo entre sociedade e legislativo – Entrevista com a gerente de acompanhamento e avaliação de políticas públicas, da Gerência-Geral de Consultoria Temática, da ALMG, Regina Magalhães

A presente entrevista perpassa por diálogos sobre as atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na promoção da participação popular e sobre os possíveis alcances das práticas participativas meio ao cenário de desconfiança nas instituições políticas brasileiras. Assim, conversamos com a gerente de acompanhamento e avaliação de políticas públicas, da Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG, Regina Magalhães. Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com especialização em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP), Regina é servidora da ALMG desde 2002, onde atualmente desenvolve projetos sobre práticas participativas no âmbito da Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas.

Revista: Você poderia se apresentar e contar a sua trajetória acadêmica profissional ?

Regina: Minha formação é em história, na UFMG. Eu fiz um Mestrado em Sociologia, também na UFMG, mas não defendi, o que ficou apenas como uma especialização. Tenho especialização em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP), em 2005. Estou aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) desde 2002, e completei nesse ano 15 anos de Assembleia, embora não seja a minha primeira experiência profissional. Eu vim pra cá quando tinha 41 anos e, antes disso, eu já tinha uma experiência anterior, fundamentalmente em consultoria a municípios, ao Estado e até a órgãos da União, nas questões de política, pesquisa socioeconômica e de diagnóstico que embasaram a elaboração de algumas políticas públicas notadamente na área da assistência social, da criança e do adolescente e na área de política habitacional também, muito com a política urbana. Eu entrei na ALMG num concurso que foi realizado em 2001 para a área de consultoria temática, que na época se chamava Área 6. Essa área estava voltada para os temas de direitos humanos, segurança pública, turismo, trabalho, emprego e renda, e para uma parte grande de teoria do Estado e de gestão pública. Essa questão de teoria do Estado e de gestão era um pouco residual dentro dessa Área 6, mas foi o que me chamou a atenção, porque de alguma forma a parte de direitos humanos conversava com essa minha trajetória anterior com questões relativas à criança e ao adolescente. Mas foi por causa dos temas relativos à ciência política, às teorias do Estado e à gestão pública que eu me qualifiquei para ser aprovada. Então, tomei posse em abril de 2002 e vim para uma área de consultoria, que existe até hoje – a Gerência de Direitos Humanos – hoje chamada de Gerência de Direitos Humanos e Segurança Pública. Na época, era só Direitos Humanos e a Comissão de Segurança Pública ainda não tinha sido implementada. A partir de 2003, começou a acompanhar também a instalação das Comissões de Segurança Pública e de Participação Popular. Eu fiquei nessa área de 2002 a 2009 mas, desde 2003, com a implementação da Comissão de Participação Popular, eu comecei a acompanhar o processo de discussão participativa sobre o

Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e o orçamento promovido pela comissão de Participação Popular aqui na ALMG. Comecei não só a acompanhar mas, como desde o início, a mais ou menos coordenar a equipe temática que deu apoio a essa discussão participativa. Isso foi uma inovação, porque as pessoas que eram da Gerência de Finanças e Orçamento entendiam mais sobre orçamento, tinham pouca afinidade com a estrutura das políticas públicas. Ou seja, tinha um olhar do orçamento mais em sua dimensão contábil. Nós começamos a partir de 2003, tanto os consultores da área de finanças e orçamento, quanto os consultores das diversas áreas temáticas, a discutir o orçamento sob a lógica da estrutura das políticas públicas, entendendo que para acompanhar uma política pública, o conhecimento sobre a execução orçamentária é absolutamente necessário, mesmo que não seja suficiente. Então nós começamos a fazer um trabalho interdisciplinar aqui na consultoria, em que os consultores de orçamento e finanças nos capacitaram para uma leitura orçamentária e uma leitura do planejamento público para além de uma leitura estritamente contábil, incorporando essa informação orçamentária na informação que a gente já detinha sobre o escopo das políticas públicas. Foi por meio da atuação da Comissão de Participação Popular, promovendo a discussão participativa sobre o planejamento e o orçamento do Estado, que a gente passou a difundir a informação orçamentária dentro da consultoria como uma informação absolutamente necessária para o acompanhamento de políticas públicas. Neste primeiro momento, junto com uma consultora da área de educação, a Adriana, e um consultor da área de meio ambiente, o Julio, começamos a estruturar esse diálogo entre área temática e a área de finanças e orçamento. E desde a primeira discussão participativa, que aconteceu em 2003, a gente começou a assumir um lugar um pouco instituinte, e eu acabei assumindo uma certa coordenação temática desse processo na Consultoria, porque quem tinha a função de acompanhar a Comissão de Participação Popular era a Gerência na qual eu estava lotada. A gente foi estruturando isso ao ponto de que quando tinha alguma discussão com o poder Executivo, com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Júlia Moreira de Figueiredo*

Graduanda em Ciências Sociais pela UFMG.

Contato:

<julia_figueiredo10@hotmail.com>

Aline Beatriz Miranda da Silva*

Graduanda em Antropologia pela UFMG.

Contato:

<mirandabms@gmail.com>

(SEPLAG), ia sempre um representante da Gerência de Finanças e Orçamento e eu, representando os demais consultores temáticos que acompanhavam a Comissão de Participação Popular. Isso foi gerando um embrião de algo que mais tarde culminou na Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Aos poucos, o Gerente-Geral à época foi transmitindo para mim o papel de coordenar essa equipe que acompanhava a discussão, porque isso poderia gerar impactos tanto no orçamento quanto no PPAG. E essa discussão sobre planejamento e orçamento não se restringia à dimensão orçamentária, no sentido contábil, mas à dimensão orçamentária no sentido de planejamento. Então, algumas alterações que eram discutidas e que a população entendia que tinha que ser feita uma emenda orçamentária para garantir, às vezes não era necessário mexer na dimensão orçamentária *stricto sensu*, mas poderia alterar a finalidade daquela ação e ampliar o seu escopo. Foi um processo de extremo aprendizado de replicar o conhecimento que a gente tinha sobre a estrutura das políticas públicas e sobre como isso se apresentava para a execução em termos de planejamento e orçamento. Esse foi um trabalho muito interessante, porque a gente começou a se organizar para nos apropriar desse conhecimento orçamentário de planejamento e fazer uma fusão para poder ter a condição de acompanhar aquela política pública em toda as suas dimensões. Em 2007 eu assumi a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas, mas continuei também como consultora de direitos humanos e segurança pública, porque o concurso que trouxe os novos consultores foi realizado em 2008 e eles só tomaram posse em 2009. Na época, eu coordenava um grupo matricial aqui na consultoria, que eu coordeno até hoje, o Grupo de Acompanhamento de Políticas Públicas, conhecido como Grupo de Políticas Públicas, que era formado por consultores das diversas gerências aqui da consultora, ou seja, da área de meio ambiente, política agropecuária, política fundiária, educação, cultura, esportes, assistência social, saúde, finanças públicas, desenvolvimento econômico, transporte, política municipal e política de desenvolvimento regional. Esse grupo matricial gerenciado por mim e por consultores de todas essas áreas foi o embrião da Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Então, a minha trajetória é um pouco essa. Eu vim com uma expertise de fora que foi aproveitada na época para o acompanhamento desse processo participativo e junto com a Gerência de Finanças e Orçamento, organizamos uma experiência de capacitação de todos os consultores aqui da ALMG em acompanhamento de políticas públicas. Fizemos essa capacitação e quando os novos consultores chegaram também os capacitamos de forma que hoje, o conhecimento sobre orçamento e planejamento é difundido em toda a consultoria como uma ferramenta de acompanhamento de políticas públicas. Com a chegada desses novos consultores, em 2009, a gente montou uma segunda etapa do que hoje é a gerência. Em 2010, com o planejamento estratégico da ALMG, pensado para executar ações, projetos estruturadores, e projetos estratégicos a cada 2 anos, surgiu o projeto do site "Políticas públicas Ao Seu Alcance" em 2010, que foi um projeto estruturador gerenciado por um analista de sistemas da ALMG, o Paulo Scofield. Uma das ações desse projeto do Site de Políticas Públicas Ao Seu alcance era o conteúdo temático, gerenciado por

mim por meio do Grupo de Políticas Públicas. Em sequência, o Paulo veio para a nossa gerência e, depois, o site entrou no ar.

Revista: Atualmente quais são as atividades desempenhadas por você na ALMG?

Regina: Hoje a gente tem como atribuição a manutenção do site, por meio do grupo matricial de todas as gerências. O site trabalha com 22 temas, os quais estão sob responsabilidade de cada gerência temática. A gestão e manutenção do site, os requisitos de consistência, os trabalhos de atualização e alimentação são todos feitos na Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Além disso, a gente tem a responsabilidade de acompanhar a Comissão de Participação Popular e de gerenciar todo processo, acompanhando a execução do PPAG e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), porque a dimensão mais orçamentária fica em outras gerências e a dimensão de planejamento, que lida com o escopo das políticas, fica aqui na Gerência de Políticas Públicas. Temos a responsabilidade também de gerenciar todos os trabalhos inter-setoriais. A gente fez um estudo sobre o impacto da mudança na legislação do ICMS, que envolvia todas as gerências temáticas e gerenciamos também a criação de metodologia em conjunto com esse grupo de políticas públicas, porque uma das funções da ALMG, além de legislar é de fazer a fiscalização das atividades do Poder Executivo. Portanto, a gente tem trazido um instrumental para a fiscalização, entendida como acompanhamento de processos e resultados na geração de bens e serviços para a população, ou seja, na geração das políticas públicas.

Revista: A Assembleia Legislativa de Minas Gerais possui um forte reconhecimento, desde a década de 80, como uma Casa que promove a participação popular. Como você vê a evolução da Assembleia no lido com a participação institucional?

Regina: A Assembleia sempre trouxe essa dimensão participativa aqui para dentro: Na década de 90, isso ficou institucionalizado no regimento interno com a criação dos eventos institucionais, que são os seminários legislativos, os fóruns técnicos e os ciclos de debate. Entendendo que esses eventos teriam um caráter mais institucional promovido pela Assembleia como instituição e não pelo interesse de cada parlamentar, eles têm um escopo que tem uma "diferençazinha" e nasceram na década de 90, no período após a promulgação da Constituição Federal em 88 e da nossa Constituição mineira em 89, em que a dimensão da participação passa a compor um escopo de uma série de políticas públicas por determinação inclusive constitucional, ou seja, uma série de instituições participativas que contam com o hibridismo do Estado com a sociedade civil, como os conselhos de políticas públicas em quase todas as políticas e as experiências de orçamento participativo muito fortes em governos locais. Depois disso, já no século 21, com a experiência muito forte das conferências de políticas públicas, isso tudo ganha muito vigor e a Assembleia passa a acompanhar isso com essas três possibilidades. Porém, no início disso, lá nos anos 1990, começou com um protagonismo muito forte da Assembleia numa execução mais rígida desses desenhos participativos. E isso, a meu ver, combinava com a época, mas hoje, eu acho, a população demanda mais abertura, no sentido de

maior composição a demanda societária e os limites do desenho participativo institucional. Como o desenho desses três eventos prevê a participação popular desde o planejamento dos eventos, desde a forma como o evento vai se estruturar, qual a temática ele vai discutir, quem convidar e tudo mais, essa rigidez foi perdendo um pouco a força, porque você tem a participação da população desde o início. Então, o desenho deve ser de um seminário, com algumas características de um fórum, por exemplo, o que foi diminuindo essa rigidez, no sentido da composição. Antes, a forma que determinada proposta saía como resultado do evento, entrava na agenda da Assembleia. É aí que eu aponto uma dimensão um pouco dessa rigidez e que hoje ela está ficando mais interessante e menos rígida, conferindo mais autonomia, buscando a composição, criando espaços em que o evento, mesmo depois de acabado, permaneça no tempo por meio de uma representação que acompanha a tramitação dos seus resultados aqui dentro da Assembleia. Isso estava previsto no desenho original desde o princípio, mas não se efetivava a contento. Agora, isso se efetivou, com instrumentos para esse acompanhamento pela Comissão de representação do evento. Um outro espaço relevante para a participação aqui na Assembleia, são as atividades das Comissões. A gente entender as Comissões como espaços de discussão temática, tanto da discussão legislativa, quanto do acompanhamento de políticas públicas de forma temática. As comissões viram um repositório de informações sobre essas políticas públicas, guardam uma história da atuação da Assembleia acerca de cada uma dessas políticas e são um espaço fundamental de porta de entrada para a interlocução com a sociedade e de uma interlocução mais institucional, porque os gabinetes de cada deputado são uma porta de entrada também, mas uma porta de entrada mais filtrada pela posição política de cada um, o que é legítimo. Apesar de terem um comportamento muito próximo ao posicionamento de seu presidente, por serem um órgão colegiado, as comissões trazem o dissenso, trazem a discussão para dentro delas e a formação de opinião acerca de um tema. E as comissões têm buscado essa interlocução com a sociedade para poder fazer uma política de mais proximidade para os problemas que estão sendo discutidos, seja para informar um projeto de lei que está em tramitação, ou seja, para trazer informações para a atividade de acompanhamento da política pública que aquela comissão exerce. Têm sido chamadas audiências públicas com a população, chamando para participar da mesa de debates tanto especialistas, gestores ou membros dos movimentos sociais, quanto o público da audiência pública. Então, as audiências públicas são para mim um lugar muito vivo de interlocução com a população e para o lugar que a Assembleia representa. A Assembleia não vai trazer a participação para poder efetivar entregas. A participação se dá, então, nos diversos pontos de formação de uma política pública no ciclo de políticas públicas. Então, é tanto para poder colocar questões na agenda, quanto para poder discutir a melhor alternativa de enfrentar determinados problemas, discutir o escopo daquela política e depois para poder monitorar e avaliar essa política pública. O espaço de participação aqui é um espaço que se exerce muito na geração de influência, na geração de agenda, no acompanhamento das políticas, na denúncia de problemas, no acompanhamento dos problemas dessas políticas e menos na efetivação de uma entrega. Então, no

momento em que a gente está buscando resultados da participação, esses resultados estarão mais na intermediação, tanto na geração de legitimidade para determinadas políticas, quanto no reconhecimento de determinados atores sociais como relevantes para aquela política pública, o que é muito importante para movimentos da sociedade civil, quanto para entrar com questões na agenda e legitimar essas questões, para acompanhar a execução da política pública e, aí sim, para acompanhar a entrega dos resultados. Mas muita gente procura o resultado na efetivação direta e isso a Assembleia não faz. Ela faz a intermediação. Eu acho que também agora apareceram, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, outras possibilidades de participação, que são as participações remotas. Então, tem como o cidadão conversar com a Assembleia, tentar conversar com cada um dos deputados, com a Assembleia como um todo e com as Comissões, apresentando demandas, petições, sugestão de atividades das Comissões e de audiências públicas através do "Fale com a Assembleia", onde tem um campo que é para falar com as Comissões, existe a possibilidade de discutir projetos de lei que estão em tramitação e de dar opinião sobre esses projetos. E ao dar essa opinião, é possível conversar com os outros que estão dando opinião também e discutir opiniões. No site da Assembleia, essa ferramenta é chamada de "Dê sua opinião sobre projeto de lei". Existe a possibilidade do cidadão e de coletivos da população sugerirem projetos de lei para tramitação na Assembleia e tem a Comissão de Participação Popular, que tem um recurso muito interessante, chamado de Proposta de Ação Legislativa, no qual movimentos da sociedade civil podem apresentar proposições legislativas, não necessariamente um projeto de lei, mas uma sugestão para a atuação da Assembleia ou, inclusive, um projeto de lei. A Comissão de Participação Popular vai apreciar essa solicitação e se posicionar se aquilo deve ser um projeto de lei, uma emenda de um projeto de lei que esteja em tramitando, um requerimento pedindo informação para o poder executivo como uma forma de fiscalizar e depois dar o retorno disso para a população ou a realização de uma audiência pública. Isso pode dar mais agilidade do que os projetos de lei de iniciativa popular, que é inclusive constitucional. Os projetos de lei de iniciativa popular têm uma força muito grande, mas precisa reunir muitas assinaturas. Utilizando a proposta de ação legislativa, quem a apresentou perde a autoria, que passa a ser da Comissão de Participação Popular, a qual sempre mantém os autores da demanda informados e os incorpora no acompanhamento daquele processo. Então, a gente tem diversos canais abertos, seja os três institucionais que são o Seminário legislativo, o Ciclo de debates e os Fóruns técnicos. A atuação das Comissões por audiência pública, debate público e visitas (de Comissão) podem ser demandadas pela população. A população pode sugerir isso por meio do "Fale Com" direto com as Comissões ou entrando com uma proposta de ação legislativa na Comissão de Participação Popular. Essa proposta pode ser tanto para debater algum assunto quanto para propor um projeto de lei ou emenda a projetos de leis. Além disso, desde o dia dois de Outubro de 2017, as transmissões ao vivo das reuniões de comissões e a íntegra das gravações podem ser acessadas pelo Portal da Assembleia, tanto no desktop quanto no mobile. Ao acessar a pauta de cada reunião, será possível assistir

aos conteúdos por meio do YouTube. Essa transmissão ao vivo das reuniões de comissões diretamente pelo Portal da Assembleia facilita a mobilização dos públicos interessados nas reuniões da ALMG.

Revista: Pelo que você falou, o cidadão e a sociedade civil podem participar do processo de formação políticas de vários modos, como na geração de agenda, por exemplo. Dê um exemplo de alguma prática específica, em que o cidadão pode participar e explicando como ele afeta o processo de políticas públicas.

Regina: Eu vou dar um exemplo, que é bem interessante. Eu não vou conseguir citar a data certa. Eu não sei foi 2009 ou 2010, que teve um evento institucional aqui, que chamou Festival Lixo e Cidadania, destinado aos catadores de material reciclável. Esse era um evento institucional, portanto, um evento de toda a Assembleia para esse público específico. Uma das propostas era a normatização do pagamento por serviço ambiental prestado pelos catadores de material reciclável ou coletado, que ganhou o apelido “bolsa latinha”, o que os catadores colocaram como conceito e apresentaram para a agenda da Assembleia. A proposta que saiu desse evento institucional foi que a Assembleia elaborasse o projeto de lei para o reconhecimento dos catadores de material reciclável como prestadores de serviço ambiental e, ao prestarem esse serviço ambiental, de serem remunerados por essa prestação de serviço. Além disso, que o Estado também tivesse estruturas de capacitação, descentralizadas, para capacitar organizações e associações de catadores de material reciclável para essa prestação de serviço. Então, essa foi uma proposta de um evento institucional que criou agenda. Nesse sentido, foi apresentado um projeto de lei, que tramitou na Assembleia e já foi convertido em norma. Paralelo a isso, o pessoal ligado às associações de material reciclável, passou a frequentar as discussões participativas do PPAG e apresentou propostas para a criação de uma ação orçamentária específica, que seria a capacitação de associações de catadores para se credenciar a ser caracterizado como prestador de serviço ambiental, além de uma ação para o pagamento do serviço. Porém, esse serviço não podia ser pago, porque ainda não estava regularizado, não havia lei que regulamentasse isso. Por isso, não seria possível apresentar essa emenda, pois não havia previsão legal para o Estado atuar nesse campo. Então essa demanda foi resolvida com um requerimento à Assembleia, solicitando urgência na tramitação daquele projeto de lei. No ano seguinte, o projeto de lei já tinha tramitado aqui na Assembleia, e já estava próximo de ser sancionado. Aquelas mesmas associações de catadores de material reciclado, que participaram no ano anterior, apresentaram novamente (no PPAG do ano seguinte) as duas propostas de criação das duas ações: a de capacitação e a de pagamento por serviço ambiental. A emenda de criação da ação foi feita para o pagamento do serviço ambiental com uma janela orçamentária, para quando a lei fosse sancionada já ter uma rubrica para receber recursos em convênio com a União e, assim, poder fazer os pagamentos. Então foi uma intervenção totalmente articulada. Quando a lei foi sancionada, já tinha a ação orçamentária, o que possibilitou fazer convênio com a União para receber recurso e já começar o pagamento, o que foi um processo muito interessante. Depois disso, eles participaram muito ativamente na Comissão de Participação Popular,

fazendo o monitoramento da execução desta ação de pagamento por serviços ambientais. Então, eu acho que dá para exemplificar, assim: você cria um ambiente para vocalização de uma demanda e essa demanda entra na agenda formalmente por meio de uma proposta, solicitando a tramitação de um projeto de lei referente a um determinado assunto. Em seguida, esse projeto tramita e esse mesmo grupo, que vocalizou isso para a agenda, frequenta outro espaço participativo, aí já com foco mais no orçamento, no planejamento, para viabilizar a execução orçamentária daquilo que estava previsto na norma. Depois, continuam participando de outras esferas participativas, só que não mais para propor um norma nova ou impactar no orçamento, mas para acompanhar a execução daquilo que tinha sido assegurado no orçamento. Então, foi um ciclo que se fechou com os catadores de material reciclável. O pessoal que atua na proteção da infância e da adolescência, também, fez um ciclo semelhante. Ou melhor, vamos falar do pessoal que milita na área de assistência social. A quinta Conferência de Assistência Social definiu a estruturação da política de assistência em forma de Sistema Único, porque até então a Lei Orgânica da Assistência Social, que era de 1992, não tinha previsão de ser um Sistema Único. Então a quinta Conferência, se não me engano, em 2004, que deliberou sobre isso e já deu alguns princípios para a organização do Sistema Único de Assistência Social em termos de tipificar todos os serviços por nível de proteção. E aí, os participantes dessa conferência aqui em Minas Gerais participaram em um evento fora da Assembleia, num evento participativo, o que permitiu uma confluência de arenas. Ou seja, eles trouxeram as deliberações da quinta Conferência, já estruturando intervenções no planejamento do Estado, que reorganizaram as ações de assistência social, que estavam todas pulverizadas, e as organizaram pelas diretrizes da tipificação de serviços, que foi definida lá na Conferência, fora da Assembleia. Então a intervenção não foi tanto orçamentária, mas foi no planejamento em termos de nomear cada ação a partir da tipificação de serviços, pra poder já organizar em proteção social básica, proteção social de média complexidade, proteção social de alta complexidade. O que já era uma base para a estruturação do SUAS aqui, que só se deu depois de 2005. Foi um movimento muito bacana, foi super estudado. Então foi uma intervenção que não era no orçamento *stricto sensu*, no orçamento como peça contábil, mas sim no orçamento como estrutura de planejamento. Então, foram alterados nome, finalidade e foi inserido recurso também. Nesta época, o PPAG tinha 30 programas estruturadores, e foi criado o trigésimo primeiro, que foi a base do SUAS aqui, nomeado “Proteção social de Famílias Vulnerabilizadas”. Ou seja, isso se deu por meio da discussão participativa, que já trazia resultados de uma conferência numa arena externa à Assembleia, cujas decisões tomadas (na conferência) foram vocalizadas dentro do processo participativo do PPAG, e dando uma reestruturação em todas as ações orçamentárias referentes à execução da política pública de Assistência Social. Foi um processo muito bacana, reconhecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, que sempre dava exemplo dessa articulação e desse processo exitoso.

Revista: Regina, para finalizar nossa conversa, gostaria de direcionar para uma questão mais específica. As últimas eleições municipais contaram com um ex-

pressivo número de votos brancos, nulos e abstenções. De um modo geral, há uma expectativa de que essa situação se repita tanto nos âmbitos estaduais como federais. Assim, o que parece estar desenhado no país é um cenário de desconfiança política e institucional generalizada. Em que medida essa situação afeta a legitimidade e/ou confiabilidade da Assembleia-instituição e de que maneira se pode mobilizar públicos e buscar uma maior credibilidade para a instituição, mas sem que haja um tensionamento com o espaço de atuação dos parlamentares (eleitorado)? Ou seja, como a Assembleia como instituição pode intervir nesse cenário que está posto na política?

Regina: Eu acho que é pela via temática e pela via da discussão do acompanhamento das políticas públicas, por meio das comissões. É um achismo meu, de já há algum tempo. É no campo temático que as controvérsias ficam mais explícitas e mais claras, que a gente consegue identificar melhor os atores, não digo os públicos, mas os atores que são relevantes para aquilo e, por fim, os públicos que se formam em torno dessas controvérsias. É em torno dos temas e da atuação do Estado em cada um desses temas, na oferta de bens e serviços públicos, que se dá a disputa societária em torno de recursos. Sejam os recursos financeiros, recursos para a prestação de serviços, para o escopo das políticas públicas, para a ampliação de escopo ou restrição, para a ampliação de público alvo ou restrição, enfim. Então eu acho que o campo temático é o campo mais propício para a Assembleia se apresentar institucionalmente e não conflitar com a representação direta de cada um de seus deputados, para ela se apresentar mais como corpo coletivo, e, aí, como corpo coletivo nas comissões, que são os corpos coletivos temáticos, muitas vezes multitemáticos – como é Trabalho, Assistência e Previdência social

ou Educação, Ciência e Tecnologia; Esporte e Juventude. E também tentar fazer uma aproximação que não seja só chamar para as arenas participativas internas, mas de reconhecer o que as arenas participativas externas estão produzindo: o que estão produzindo de agenda, de demanda para entrar na agenda, de alternativas para a solução de determinados problemas... Saber ouvir aquilo que acontece fora, não apenas convidando para poder entrar aqui para dentro, mas ouvir. Ouvir e trazer isso que está sendo vocalizado aqui para dentro, para a agenda e, aí sim, convidando para entrar. Mas ouvir um pouco mais a agenda societária e se apresentar como espaço possível de encaminhamento dessas agendas. Espaço possível, não o único. E que é um espaço que além de dar encaminhamento, pode ser um espaço que legitima a demanda, e portanto legitima os seus atores; traz a controvérsia para dentro do poder público. Eu acho que pode ser esse o caminho. Não ficar na arrogância de tratar somente aquilo que acontece aqui, mas tentar buscar ser mais informado pela agenda societária. Agora, para isso é necessário mudar também alguns formatos, uma formalidade muito aguçada que existe nos processos daqui, certo domínio da fala. Isso precisa ser mudado aos poucos, mudar a cultura para que esse diálogo entre representação e uma participação direta da sociedade se dê, se reencontre. Ou seja, uma articulação entre o que está fora e o que está dentro, seria uma saída interessante, e, principalmente, que essa seja uma busca temática, porque em torno de cada um desses temas as disputas e as controvérsias se dão de forma muito distinta.

